



**CONSELHO  
ESTADUAL  
DOS DIREITOS  
INDÍGENAS - RJ**

## **Ata da reunião em Contexto Urbano**

Ata da XI reunião ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada na Biblioteca Parque Estadual - Centro/RJ em 24 de outubro de 2019.

### **Presentes:**

Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó Iriri), Adilson Benite (Aldeia Itaxim), Argemiro da Silva (Secretaria de Educação), Aldo Fernandes (Aldeia Sapukai), Cacique Felix (Aldeia Céu Azul), Carmelita Lopes (Movimento de Ressurgência Puri), Dilmar José (AULA), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Claudia Maria (SEAPPA), Isabel Missagia (UFRRJ), Luiz Pellon (UNIRIO), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado e Saúde), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Taísa Diniz (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Márcio Mattos (Secretaria de Direitos Humanos de Maricá), Diana Anastácia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Rosângela da Silva (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas).

### **Ordem do dia:**

A reunião começa com o Presidente Nino Benites informando a ausência do também presidente Carlos Tukano por motivo de saúde e agradecendo a presença de todos ali. Logo em seguida fala sobre o encaminhamento feito ao Ministério Público sobre a dificuldade de acesso à Aldeia Araponga e sobre o pedido de contratação de professores que até o presente momento não existe data para acontecer. Feita a rodada de apresentação, se dá início as ordens do dia: Luana Braz fala sobre o reconhecimento que o Conselho vem obtendo mediante as instituições e órgãos de governo, fala sobre a importância das comissões permanentes articularem com seus convidados, e que juntos possam agregar para ter o melhor funcionamento do CEDIND. Luana Braz continua a fala sugerindo a pauta sobre o ofício feito decorrente da última reunião, foi protocolado o ofício junto ao MPF que se refere à revisão do TAC, o Dr. Júlio de Nova Iguaçu que o encaminhou para o MP de Angra para que possa dar andamento, ainda não foi dado o retorno após ser entregue o ofício, mas será cobrada a resposta. Ela relembra que no dia 13 de setembro uma pequena comissão esteve na Casa do Índio para fazer uma visita, conhecer o local, as dependências e saber como estão as pessoas



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

que ali são assistidas, foi feito um relatório e ele foi protocolado e está disponível para se caso algum conselheiro queira ver. Foi feito um protocolo não só em resposta ao que a Juíza determinou como também foi feito pro MPF e MPE, para que eles também possam acompanhar a documentação que foi entregue na vistoria. Ela acrescenta que ficou acordado um retorno ao local para que possam conversar com os parceiros que ali prestam atendimento e saber também sobre a relação de documentos pendentes que já foram solicitados, e se os benefícios que são de direito já foram concedidos. Luana Braz fala sobre o convite que foi feito para um evento chamado Bial Negrindio que está sendo articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos dos Negros, a apresentação do trabalho será apresentada para todos. Esse encontro será feito do dia 04 a 09 de novembro ali mesmo na Biblioteca Parque. Reinaldo de Jesus fala sobre ter documentado todas as reuniões feitas nas aldeias e diz que irá deixar disponível para quem desejar obter fotos, vídeos e dados levantados a partir das reuniões ordinárias. Graciela Pagliaro fala sobre o saneamento e deixa claro que é uma responsabilidade da SESAI, e que quando teve a reunião no Distrito foi feito o pedido do projeto de saneamento do Rio de Janeiro, ele conta com 158 páginas e será disponibilizado no e-mail para todos os conselheiros tenham acesso. Diz se tratar de um projeto maravilhoso, mas que hoje infelizmente só se encontra no papel, ele está em Brasília por falta de recursos, por conta disso foi realizado um pedido para que possam ser feitas mudanças no projeto, pois essa forma de projeto não seria a melhor solução considerando o território da Bahia da Ilha Grande onde chove muito e as terras tem um declive grande, logo existem outras formas de se trabalhar o saneamento na região. Sérgio toma a fala sobre uma compra que foi feita pela SESAI no valor de um milhão de reais em módulos sanitários para as aldeias não só do Rio como em São Paulo e Curitiba, e que esse material se encontra desde o ano passado em um galpão em uma cidade de São Paulo, diz que o ideal seria notificar a SESAI para ter conhecimento de que material se trata e que a partir disto saberão se o material serve ou não para as aldeias. Ele continua a fala lembrando que foi citado pelo Gustavo da Fio Cruz a existência de uma ata do ano de 2017 do Ministério Público Federal de Angra dos Reis, com presença de três responsáveis da Prefeitura, quatro da Eletronuclear e algumas lideranças de Bracuhye que a resolução foi a promessa de que os órgãos fizessem em prazo máximo soluções para resolver esse ponto tão crítico do saneamento e que ao final todo mundo assinou esta ata se comprometendo a resolver essa questão. Passaram três anos e nada foi feito. Luana Braz sugere um novo ofício para os órgãos responsáveis esclarecerem o que foi feito durante esse período. Sérgio Ricardo diz que pelo entendimento dele nessa reunião de 2017 a Eletronuclear se compromete, representada por quatro diretores em financiar o projeto, então se deve cobrar isso, pois as prefeituras alegam sobre o problema fiscal, e que o Estado não tem recursos, contudo é a Eletronuclear que tem que responder a essa questão. Luana Braz recorda que as comissões podem e devem fazer esse tipo de articulação, que cada conselheiro em sua comissão tem conhecimento específico em sua área técnica e



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

ainda podendo contar com ajuda de outros órgãos que acharem pertinentes a agregar, e que é essa a articulação que tem que ser feita. Cacique Aldo fala sobre a saúde indígena que não está boa só no Rio de Janeiro e sim em todos os Estados, e que depender da SESAI é muito difícil, comenta que a estrada finalmente irá melhorar, que está pronto o projeto para Sapukai. Vilmar Vilharves relata que já tem água em sua aldeia, porém a obra foi malfeita e a quantidade vem muito pouca, e que contam também com um poço artesiano, porém com a bomba queimada está parada e a SESAI avisou que não tem recursos para conserto, avisa que o pai Pedro vai se retirar do conselho e quem irá ficar como titular será o suplente Edilson. Professor Argemiro toma falaa sobre educação nas aldeias e diz se sentir muito triste após a diretora da escola falar em reunião que não faltava nada em relação a estrutura na escola e questiona se nove turmas caberiam em apenas uma sala, diz que quem já foi na escola sabe o que ele está falando. E que toda estrutura que foi feita quem construiu foi a comunidade, diz que o conselho precisa se movimentar perante a isso. Ele lembra que foi contratado um professor para aldeia Araponga, porém esse ano letivo para o ensino infantil e médio foi um ano letivo perdido. Sérgio Ricardo pede a fala e diz que poderia oficiar a DPU dessa situação porque não pode achar que é normal, pois se um pai ou uma mãe de família não colocar o filho na escola vem o Conselho Tutelar e toma o menor da família e os responsáveis são criminalizados, logo a autoridade pública conhece essa situação, recebe dossiê, documentos e não faz nada, existe a lei de improbidade administrativa, existe a responsabilidade do Secretário Estadual de Educação, e continua a fala lembrando que em 2017 teve uma audiência pública em que estavam presentes MPF, Secretaria de Educação e foi firmado um acordo em relação a contratação de professores e simplesmente nada aconteceu. Ele sugere que seja feito um pedido mediante a DPU sobre essa questão. Toni Lotar afirma que esse problema sobre a contratação de professor indígena só será resolvido quando acontecer a criação do cargo de professor indígena no plano de cargos e salários da Secretaria de Educação, enquanto isso não estiver feito nada será resolvido. Luiz Pellon fala sobre o documento que foi disponibilizado sobre a reunião com a Eletronuclear, que nele diz para oficiarmos a Eletronuclear, solicitando posicionamento sobre a não realização das ações de instalações de saneamento ecológico nas aldeias que foi definido pelo Ministério Público junto às comunidades e que foi feito um diagnóstico das necessidades de cada aldeia, esse levantamento está em posse da Eletronuclear, nós devemos oficializá-los pedindo esse documento. Marize Vieira pede a fala para comentar sobre a educação, relata que tudo que foi dito pela a diretora Ronya na reunião em Rio Pequeno é tudo mentira e pedepara o conselho encaminhar isso, sugerindo que seja pedido uma audiência com o Secretário de Educação. Que inclusive deve ser relatada a situação de Iriri, na qual o bullying que as crianças vêm sofrendo nas escolas fora das aldeias é muito ruim, as crianças precisam estudar dentro de suas aldeias. Ela enfatiza que 36% da população indígena hoje vive na cidade e com tudo que vem acontecendo se hoje não tomarmos partido sobre a educação nas aldeias mais indígenas



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

virão para o contexto urbano. E pergunta: “qual é a política pública que o Estado tem a oferecer?” E conclui dizendo: “nenhuma”. Luiz Pellon pede uma última fala para reforçar sobre a Eletronuclear e diz que tem interesse de participar junto a eles na próxima reunião que terão com a aldeia, ele lembra que quando esteve em Araponga reparou que eles usam sumidouros, que fazem o papel de drenagem da água, mas que se encontrava cheio até a boca. Ele está localizado perto de um morro onde desce muita quantidade de água e que isso é completamente inadequado, que do lado do sumidouro tem outra caixa de água que em algum momento já foi um sumidouro e por não estar mais operante jogaram terra dentro tampando com um cimento. Ele ressalva como isso está longe de ser ecologicamente correto e compatível com a região, diz que um sumidouro requer manutenção, retirada do limo e depois um tratamento para que ele possa ter uma disposição adequada. Sérgio Ricardo lembra que o Governo aparece na aldeia e coloca o módulo sanitário e não capacita ninguém que consiga fazer a manutenção sem essa pessoa qualificada e acaba se tornando um problema sério a implementação de sumidouros. Luana Braz encerra reunião lembrando que a Monalyza Alves terá uma reunião com uma deputada na ALERJ para tentar viabilizar uma ementa parlamentar para poder ajudar na questão financeira do CEDIND. E lembra que amanhã a van para reunião em Maricá sairá 9h da Central do Brasil.

Eu, \_\_\_\_\_ (ID: \_\_\_\_\_), lavro a presente ATA com a Outorga de todos.